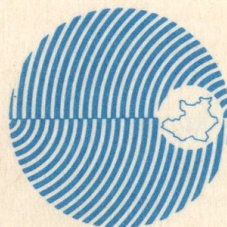
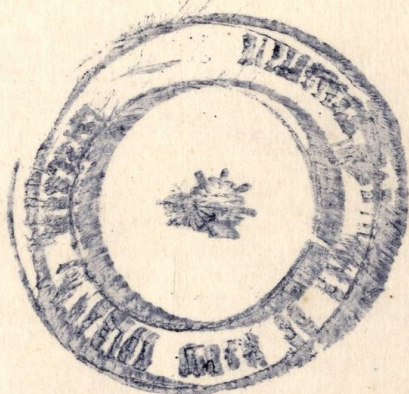


MINISTERIO DO INTERIOR

SUFRAMA

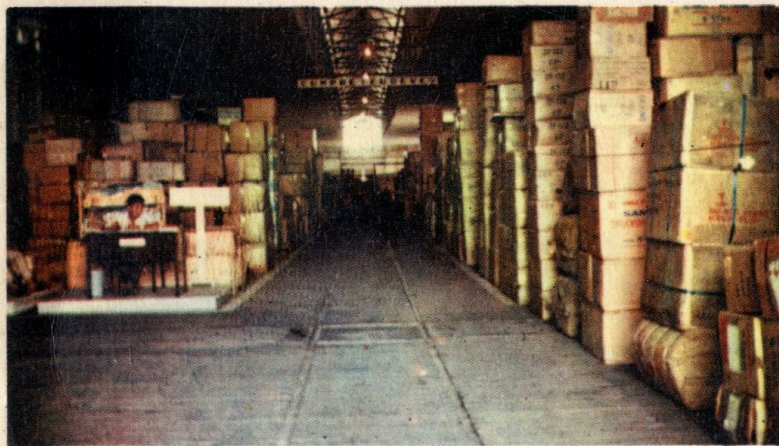
SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

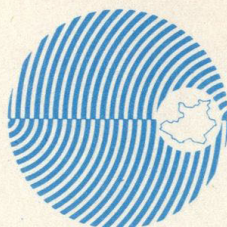


BOLETIM INFORMATIVO 1970

IIª RIDA

Reunião de Investidores da Amazônia





Empresário:
a SUFRAMA tem um encontro com
você, no Encontro das Águas do Rio Negro
e do Solimões.



Amim 1381

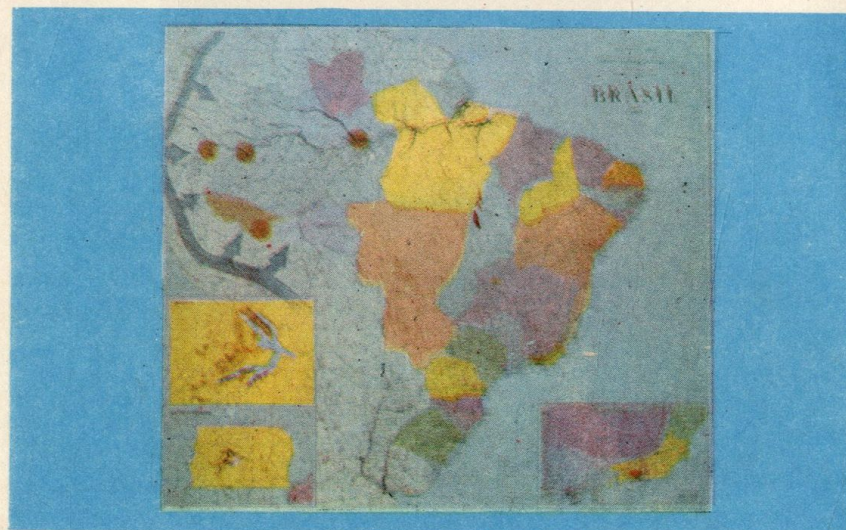
Bt. Mário Ypiranga Monteiro
Manaus Amazonas

Cachoeira do Tarumã — Atração Turística

Cais Flutuante e Armazéns do Pôrto de Manaus



Desembarque de Máquinas Rodoviárias no Pôrto de Manaus

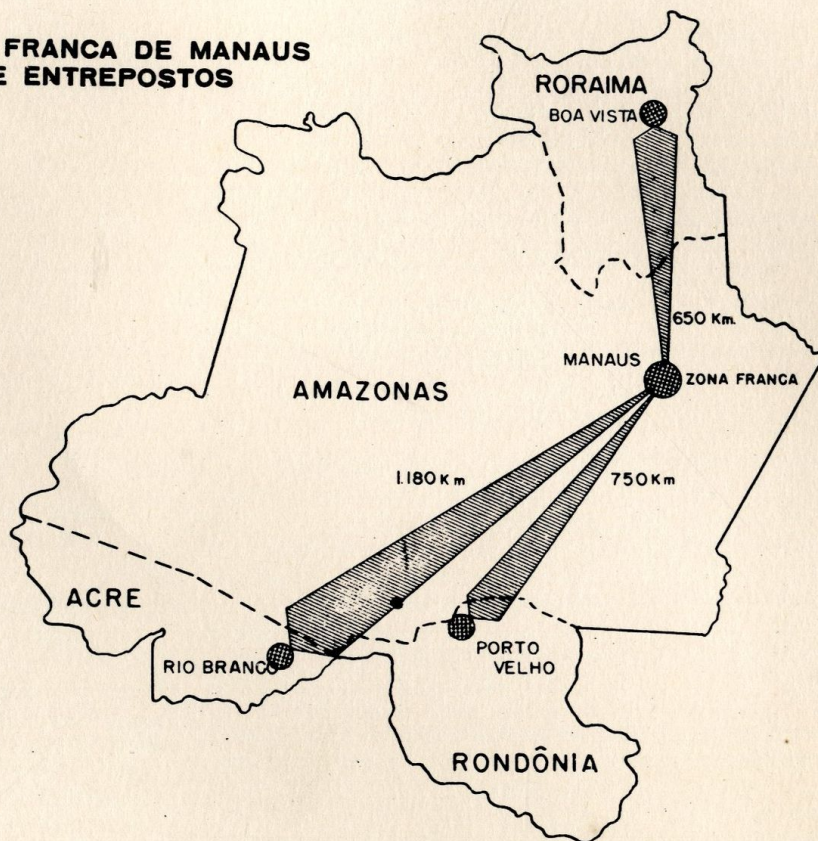


Zonas Francas nas Areas Fronteiriças à Amazônia

Í N D I C E

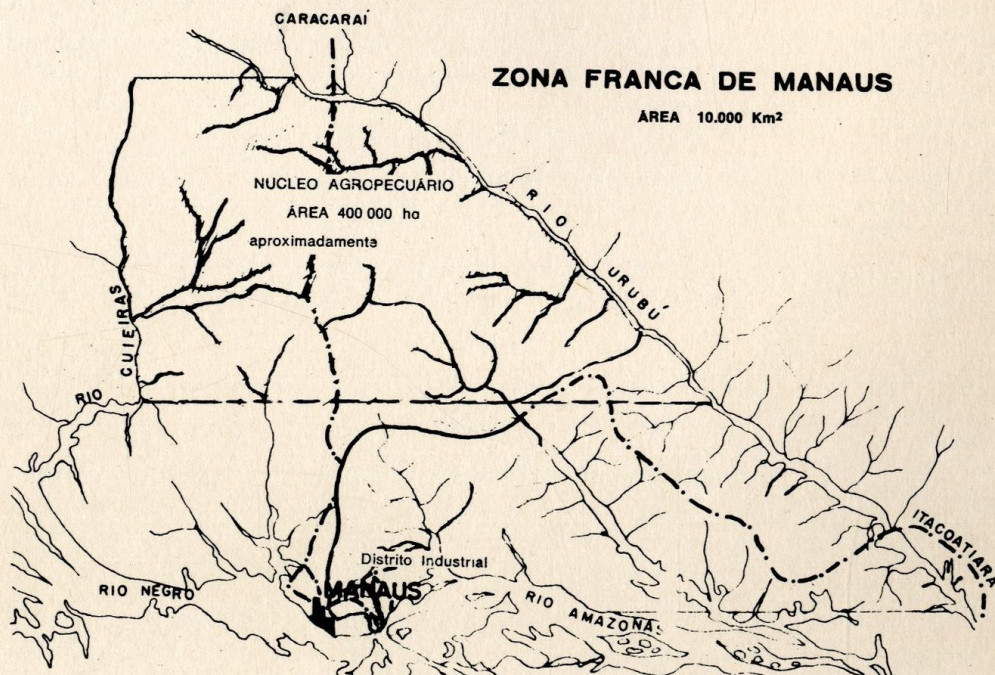
- I - Introdução**
- II - Administração dos Incentivos Fiscais**
- III - Expansão da Zona Franca de Manaus: Criação de Entrepostos no Estado do Acre, Territórios de Roraima e Rondônia**
- IV - Distrito Industrial**
- V - Distrito Agropecuário**
- VI - Plano de Desenvolvimento Integrado de Manaus**
- VII - Acesso aos Incentivos: como Investir**
- VIII - Indicadores da Influência da SUFRAMA, no Desenvolvimento da Economia da Amazônia Ocidental**

ZONA FRANCA DE MANAUS E ENTREPÓSITOS



ZONA FRANCA DE MANAUS

ÁREA 10.000 Km²



I — INTRODUÇÃO

Os incentivos fiscais especiais constituem um eixo polarizador de interesses para o desenvolvimento econômico do universo amazônico. A Zona Franca de Manaus, com uma área aproximada de 10.000 Km², é a base física de operações da SUFRAMA, dirigidas em três sentidos: o livre comércio de importação e exportação, a concessão dos incentivos fiscais especiais, a criação "no interior da Amazônia de um centro comercial, industrial e agropecuário dotado de condições econômicas que permitam seu desenvolvimento, em face dos fatores locais e da grande distância em que se encontram os centros consumidores de seus produtos". É o que se contém no **caput** do Decreto-lei nº 288 de 28.2.1967.

É um cometimento que tem por limite o infinito. A parte que cabe à SUFRAMA, como órgão sub-regional, nos limites do domínio de ação da SUDAM, representa apenas o passo inicial. Por sua vez, a Operação Rondon lança os germes da formação de uma cidadania simbólica — o amazônida do Brasil, que, em comunhão com o brasileiro da Amazônia, propõe-se a façanha histórica da integração cultural e econômica do continente amazônico ao universo brasileiro.

O gigantesco quadro físico do universo amazônico, é um desafio à altura de um povo que vergou o meridiano de Tordesilhas e escreveu as páginas épicas das Bandeiras:

Amazônia — Dimensões continentais

— Área = 4.981.950 km²
58,56% do Brasil; 4/10 da América do Sul; Trigésima parte do Globo Terrestre.

— Dimensões lineares = N-S = 2.356 km — 54,54% do Brasil
E-O = 3.512 km — 76,52% do Brasil

— Fronteiras = 10.948 km (7 Nações)

— Orla Marítima = 1.482 km — 20% do Brasil

Divisão Política

6 Estados (3 parcialmente amazônicos)

3 Territórios

331 Municípios (38 parcialmente amazônicos)

Demografia

— População absoluta:
7.070.699 habitantes — 7,4% do Brasil

— Densidades médias

Amazônia: 1,42 hab/km²

Máxima da Amazônia: 809,00 hab/km² (Belém)

Mínima da Amazônia: 0,20 hab/km² (S. Félix do Xingu — Estado do Pará)

Máxima do Brasil: 8.038,00 hab/km² (S. João do Meriti — Estado do Rio)

Mínima do Brasil (fora da Amazônia): 0,62 hab/km² (Formosa do Rio Preto — Estado da Bahia)

Hidrografia

— Bacia hidrográfica

Internacional = 6.915.000 km²

Brasileira = 4.787.717 km — 56% da rede potamográfica nacional

Potencial energético = ... 5.561.431 Kw

33,36% do potencial brasileiro

Navegabilidade = 25.000 km

56,8% do Brasil

Calado variável com o regime de águas: de 7 a 10 m =

= 1.713 km (até Manaus); a partir de 4 m = 3.936 km (até Iquitos)

— Rio Amazonas

Caudal = 227.075 m³/seg. (Óbidos)

Maior vazão fluvial medida no mundo; 349% da descarga do Mississipe; 5 vezes superior à do Rio Congo; 1/5 dos cursos d'água do planeta

Extensão = 7.200 km

A mais extensa via fluvial do Globo; 1,74 vezes superior ao Mississipe e 112 do Nilo

Reserva Florestal

— Cerca de 281.000.000 ha 79,7% da área florestal do Brasil

56,4% da superfície total do Amazonas

33% da superfície total do Brasil

II — ADMINISTRAÇÃO DOS INCENTIVOS FISCAIS

Os movimentos convergentes da importação externa e interna de mercadorias, condicionados e ativados pelos incentivos especiais e devidamente controlados, constituem as fontes de provisão da receita própria da SUFRAMA.

A perspectiva entrevista por muitos, segundo a qual a franquia alfandegária viria afetar negativamente os centros nacionais de produção, oferecendo aos produtos estrangeiros melhores condições de preço no mercado interno, não teve a menor correspondência na realidade efetiva dos fatos. Ao contrário, o que se constata é um crescimento progressivo das importações internas sobre as externas.

Ncr\$ 1.000,00

Mercadorias	1968	1969	Variações (%)
Nacionais	121.450	207.680	+ 70
Estrangeiras	133.600	111.207	— 20
Variações (%)	— 10	+ 86	

No ano de 1968, as importações externas foram superiores às internas, em 10%. Já em 1969, as posições se inverteram: as segundas cresceram de 86% em relação às primeiras.

Durante o biênio 1968/69, as importações do interior, aumentaram de 70% e as do exterior

diminuíram de 20%. Tal decréscimo é parcialmente devido a uma causa já removida — restrições à importação de eletrodomésticos; deste modo, tudo indica que no exercício de 1970, as importações do exterior venham a restabelecer sua posição anterior, registrada em 1968 (NCr\$ 133.590.550,00 para NCr\$ 111.207.315,27 em

1969). Mas, ainda assim, guardará um sensível afastamento em relação às importações do interior, cuja curva apresenta um comportamento ascensional, perfeitamente definido e caracterizado em suas causas.

Acompanhando aquele crescimento, a receita da SUFRAMA se comportou da seguinte maneira:

Origem	1968	1969
Manaus	2.946.510,90	3.204.330,87
Entrepósitos	—	1.020.000,00
Total	2.946.510,90	4.224.330,87

Um fato bem representativo da gestão administrativa no exercício de 1969, consiste no aumento de cerca de 43% da receita própria, resultante diretamente do crescimento dos movimentos da importação interna e externa: fluvial, aérea e terrestre.

A SUFRAMA começou do marco

zero, sem um centavo de receita própria, em maio de 1967

O quadro seguinte bem demonstra a força de atratividade dos incentivos fiscais, neste início verdadeiramente promissor de implantação de projetos industriais. Podem esperar-se resultados maiores quando se completar o esta-

belecimento da área pioneira do Distrito Industrial, cuja conclusão está prevista para o exercício de 1970, e a SUFRAMA estiver em condições de oferecer ao investidor uma infra-estrutura completa (urbanização: sistema viário e serviços públicos básicos) para a implantação de seus projetos industriais:

Ano	Quantidade de Projetos	Número de Empregos Novos	Valor Total dos Investimentos NCr\$ 1.000,00
1968	24	2.656	73.158
1969	35	4.717	194.324
Total	59	7.373	267.482

III — EXPANSÃO DA ZONA FRANCA DE MANAUS: CRIAÇÃO DE ENTREPOSTOS NO ESTADO DO ACRE, TERRITÓRIOS DE RORAIMA E RONDÔNIA

A expansão da Zona Franca, no sentido da interiorização da Amazônia Ocidental, efetivou-se

através do estabelecimento de três Entrepósitos, localizados nas capitais de Rondônia, Roraima e Acre.

Traçadas as diretrizes básicas, projetadas e iniciadas as atividades da SUFRAMA, nos setores secundário e primário, nos limites de seu território, os esforços se concentraram na expansão administrativa da Zona Franca, segundo

a linha de ação estabelecida pelo Decreto-lei nº 356, de 15 de agosto de 1968, que estende os benefícios do Decreto-lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, a outras áreas da Amazônia Ocidental.

As previsões não eram promissoras: tratava-se de aplicar a política de incentivos a regiões despidas de atrativos e possibilidades,

em caracterizado estágio de perecimento econômico, e cuja reação constituía uma verdadeira incógnita. Baseada num patrimônio de experiências, acumulado durante dois anos de atividades no Município de Manaus, que concentra a quase totalidade da vida econômica do Estado do Amazonas, a SUFRAMA lançou-se com a maior e melhor disposição, à difícil empreza. Motivava-a a consciência precisa de que ia de encontro a um estado agudo de necessidade. Esperava-se que, naquelas regiões, a administração dos incentivos especiais não cobriria seu próprio custo.

Se o montante das dificuldades não surpreendeu, os resultados constituíram uma surpresa total. As correntes de importação interna

A política regional da Amazônia, definida no programa estratégico do Governo Federal, é condicionada pelo binômio SEGURANÇA-DESENVOLVIMENTO, e se orienta pelas seguintes linhas de ação:

- Estabelecimento de uma infraestrutura adequada;
- Atendimento à formação de capital;

e externa (condicionadas e ativadas pela administração dos incentivos especiais) estabelecidas nas cidades de Rio Branco, Boa Vista e Pôrto Velho, produziram uma receita de NCr\$ 1.020.000,00,

pouco menos de um terço da auferida em Manaus. Durante o ano de 1969 saíram da Zona Franca de Manaus com destino aos Entrepósitos e outras áreas da Amazônia Ocidental:

	NCr\$	%
— Mercadorias Nacionais	44.224.134,05	80,95
— Idem Estrangeiras	10.458.239,43	19,05
TOTAL	54.682.373,48	

distribuídas por êstes grupos:

- Material de Construção
- Gêneros Alimentícios (predominante)

- Medicamentos
- Veículos
- Motores Marítimos e Peças
- Diversos

IV — DISTRITO INDUSTRIAL

- Aprimoramento da mão-de-obra especializada e das técnicas empregadas;
- Promoção e incremento das exportações;
- Criação de condições favoráveis à participação da iniciativa privada.

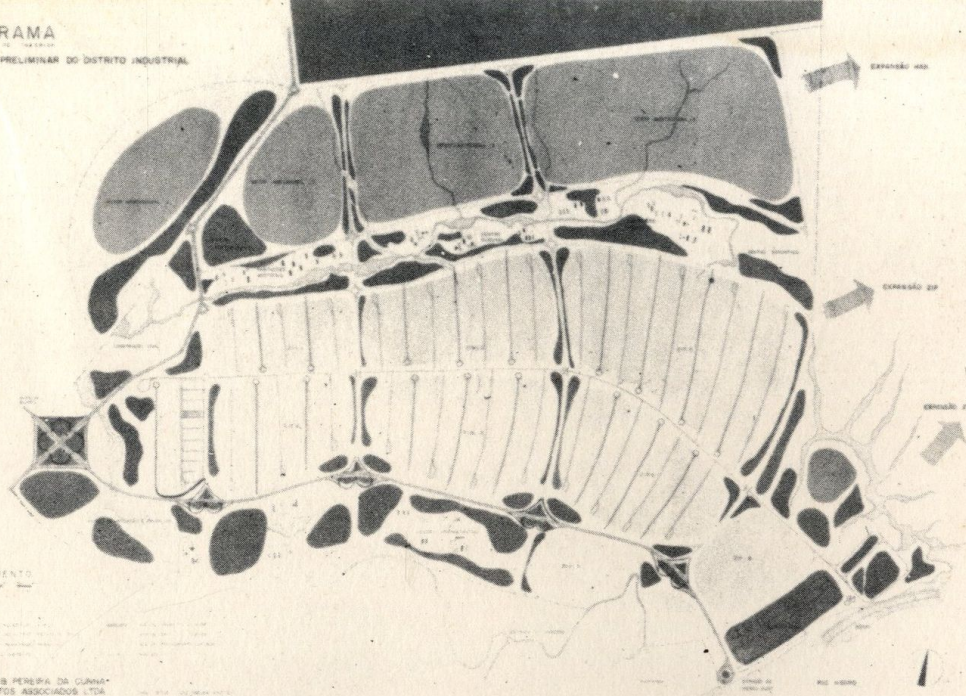
O estabelecimento de um Distrito Industrial em Manaus contri-

buirá para uma maior aceleração do processo de capitalização de investimento reprodutivo na região.

A SUFRAMA programou para o biênio 1969/70 a implantação, numa área pioneira de 1.608.282 m², da infra-estrutura de um Distrito Industrial, consistente no seguinte conjunto de obras e serviços já concluídos e a concluir-se:

(Em NCr\$ mil de 1969)

Aplicações	Total	1969	1970
1. Estudos e Projetos			
2. Sistema de Esgotos Sanitários e Industriais ..			
3. Retificação de Igarapés			
4. Sistema de Abastecimento d'Água			
5. Sistema Viário			
6. Extensão de Rede de Energia			
7. Desapropriação do D. I.			
Total Geral	8.068	2.725	5.343



As obras e serviços executados e em fase de conclusão, assim se descrevem:

Estudos e Projetos

- Estudo Preliminar de Urbanização do Distrito Industrial, com área de aproximadamente 16 km², e Plano Diretor de Urbanização da área pioneira. Fase de Execução: Concluído.
- Mapeamento do Distrito Industrial, para servir de base ao planejamento e implantação do plano urbanístico. Fase de Execução: Concluído.

Sistemas de Esgotos Sanitários e Industriais

Convênio celebrado entre DNOS X SUFRAMA, destinado ao Estudo, Projeto e Execução do sistema de Esgotos Sanitários e Industriais, na Área Pioneira do Distrito Industrial.

O Projeto compreende as seguintes construções:

- rêde coletora tronco, ao longo da BR-319 e das estradas Contorno e Marapatá;
 - rêde coletora secundária, ao longo das via de penetração;
 - uma estação de tratamento;
 - 200 poços de visita;
- Fase de Execução: Estudos e Projetos — Concluídos.

Retificação de Igarapés

Convênio DNOS X SUFRAMA

para retificação de Igarapés na Área Pioneira.

Fase de Execução:
Projetos — Concluídos;
Obras — Iniciadas.

Sistema de Abastecimento d'Água

Convênio celebrado entre F-SESP X SUFRAMA, visando a construção de um sistema de abastecimento d'água com uma vazão de 50 m³/seg., na Área Pioneira do Distrito Industrial.

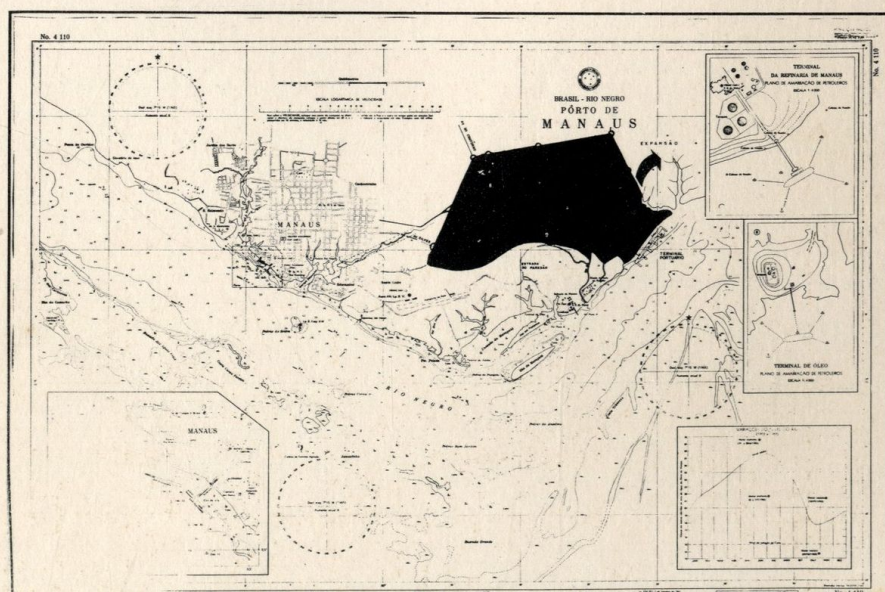
O Projeto compreende as seguintes construções:

- abertura de um conjunto de 16 poços;
- casas de bombas e instalação de conjuntos de recalques;

- construção de linhas troncos de distribuição;
 - reservatório apoiado com 500 m³ e um outro elevado com 227 m³ de capacidade.
- Fase de Execução: itens a, b e d — Concluídos.
item c — Iniciadas.

Sistema Viário da Área Pioneira

- Convênio SUFRAMA X DEPARTAMENTO RODOVIÁRIO MUNICIPAL, para pavimentação de 1 km, na estrada do Contorno, que passa pela área do D. I., além dos 500 m já previstos no orçamento programa do DRM, para 1969. Fase de Execução: Em Conclusão.
- Convênio SUFRAMA X DER-am, para a pavimentação de 3 km da rodovia BR-319. Fase de Execução: Em conclusão.
- Contrato com a firma Construções e Transportes — CONSTRAN, para a execução dos serviços de desmatamento, limpeza, terraplenagem, aberturas de valas e valetas, assentamentos de tubos para bueiros, destinada à construção de vias de acesso, avenidas e ruas na Área Pioneira do D.I., de acordo com o Projeto de Urbanização e compreende a Grande Rótula, Via Central e Eixos 1, 2, 3,



4 e 5 do Projeto.

Fase de Execução: Em conclusão.

Está prevista para o exercício de 1970 a pavimentação das vias mencionadas.

Extensão da Rede de Energia Elétrica

Convênio SUFRAMA X COMPANHIA DE ELETRICIDADE DE MANAUS, para estender dois circuitos numa extensão de 7.500 m, ao longo da Área Pioneira.

Fase de Execução: Iniciado.

Desapropriações de Terras e Benfeitorias na Área Definida pelo Decreto Federal nº 63.105/68

Fase de Execução: Em conclusão.

V — DISTRITO AGROPECUÁRIO

A SUFRAMA definiu as seguintes metas e serem seguidas no setor primário:

- assistência técnica, visando ao aumento da produção rural;
- incorporação de novas áreas às atividades agropecuárias, ao longo da Estrada MANAUS—ITACOATIARA;
- estabelecimento de um Distrito Agropecuário ao longo da Estrada MANAUS—CARACARAI.

A ação da SUFRAMA voltou-se decididamente para o desenvolvimento da agricultura, da pecuária e da pesca. Com esse objetivo assinou convênio com a ACAR-Am (Associação de Crédito e Assistência Rural do Amazonas) cujos objetivos se desenvolvem nas seguintes etapas: levantamento da Realidade Rural; elaboração do Plano de Trabalho; execução do Plano de Trabalho e avaliação de resultados. O levantamento da realidade rural tem por fim: permitir uma visão real da situação agropecuária nas áreas rurais da Zona Franca de Manaus e fornecer dados essenciais ao planejamento de um programa de Assistência Técnica, a curto prazo, dirigido para a população rural econômica ativa.

Os fins específicos, já determinados, são: avicultura, pimenta-do-reino e tomate.

Na mesma linha de ação assinou a SUFRAMA um contrato com a Cia. de Estudos e Participações Industriais e Comerciais (STUDIA) que já apresentou o seu "Estudo da Viabilidade da Implantação do Setor Agropecuário na Zona Franca de Manaus". Os objetivos assinalados pela SUFRAMA, assim se resumem: criação de uma base de abastecimento em produtos agrícolas para a população da região e, especialmente, para a população de Manaus, cujo crescimento deverá atingir taxas anuais maiores, na medida do desenvolvimento da Zona Franca; desenvolvimento de um núcleo de indústrias de beneficiamento de produtos agrícolas, tendo em vista o aumento do rendimento da produção agrícola da região e abrir caminhos para a exportação; promoção de um tipo racional e econômico de exploração agropecuária nas regiões florestais da Amazônia; constituição de bases para pesquisas relativas ao aproveitamento das madeiras e reflorestamento da região; escolha do melhor tipo de gado a ser criado nas terras de origem florestal da Amazônia; escolha das culturas mais rentáveis; seleção de sementes e mudas. Com base nesse Estudo de Viabilidade, a SUFRAMA dará o passo seguinte e consistente na estruturação do Distrito Agropecuário da Zona Franca.

Pré-estudo do Distrito Agropecuário:

- Módulo para estudo: 20.000 ha;
- Terras doadas à SUFRAMA, pelo Estado do Amazonas: 400.000 ha;
- Estrada de acesso: artéria central — Rodovia BR-174, em tráfego;
- Infra-estrutura a implantar-se: estradas; energia elétrica;
- Projetos recomendáveis, em função das condições ecológicas:
 - exploração florestal contínua;
 - exploração pecuária;
 - culturas agrícolas complementares.

- Projetos específicos, a serem elaborados pelos investidores;
- Projeto global final: iniciativa da SUFRAMA com órgãos de pesquisas nacionais e internacionais:

o custo desse projeto será incluído no preço de venda das terras destinadas a exploração agropecuária, e no preço de arrendamento das terras destinadas a exploração florestal.

A SUFRAMA participa de dois convênios com a Secretaria de Produção do Estado do Amazonas: um, relativo ao projeto de estabelecimento da Colônia do Rio Prêto, e outro, relativo ao projeto de implantação do Entreposto de Pesca. Para o primeiro a SUFRAMA contribuirá com uma patrulha agrícola destinada à preparação dos lotes. Quanto ao segundo, cabe à SUFRAMA o encargo de fornecer os respectivos equipamentos.

VI — PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE MANAUS

A integração da Amazônia no processo de desenvolvimento nacional, é um imperativo de ordem pública, e um dos principais objetivos do Programa de Ação Concentrada (PAC) estabelecido pelo Senhor Ministro do Interior, General JOSÉ COSTA CAVALCANTI.

Pela sua posição sócio-econômica, o Município de Manaus é o pólo de desenvolvimento, apoio e irradiação de toda a área, merecendo, por esses motivos, a atenção prioritária dos órgãos governamentais que objetivam essa meta.

Desse quadro emerge a necessidade fundamental de dotar-se o Município de Manaus com um instrumento de planejamento, capaz de dar-lhe condições sólidas e objetivas para cumprir com maior flexibilidade e eficácia, o relevante papel que lhe cabe no processo de desenvolvimento econômico da Amazônia.

Essa fundamental finalidade somente poderá ser atingida com o

esforço conjugado e a colaboração solidária das entidades governamentais, imediatamente interessadas no equacionamento harmônico dos graves problemas sócio-econômicos que afetam permanentemente todo o Estado.

Em tal sentido, o Governo do Estado do Amazonas, a Prefeitura Municipal de Manaus, a Superintendência da Zona Franca de Manaus e o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU) subscreveram um Termo, referendado pelo Senhor Ministro do Interior, através do qual assumem formalmente o compromisso de promover, solidariamente, o Plano de Desenvolvimento Integrado de Manaus, dentro das normas e orientação técnicas adotadas pelo SERFHAU.

Para o exato atendimento desse compromisso, ficaram assim dimensionados os encargos e fixadas as áreas de competência de cada um dos signatários:

I — Ao Governo do Estado cabe colaborar financeiramente para a realização desse empreendimento com recursos, equivalentes a 30% (trinta por cento) do custo orçado para o citado Plano Integrado.

II — A SUFRAMA fornecerá, para esse mesmo fim, o equivalente a 20% (vinte por cento) do preço previsto.

III — A Prefeitura responderá pelos restantes 50% (cincoenta por cento), os quais serão financiados pelo SERFHAU, na forma e condições das instruções financeiras vigentes. Compete-lhe, ainda, a incumbência de supervisionar e coordenar todas as ações que se fizerem indispensáveis para a formalização da Proposta de Financiamento, a qual deverá ser encaminhada ao SERFHAU, no prazo de 90 (noventa) dias.

IV — O SERFHAU financiará, com absoluta prioridade, o correspondente a 50% (cinquenta por cento) do custo orçado, bem como cooperará tecnicamente com a Prefeitura no encaminhamento dos assuntos ligados ao citado Plano."

VII — ACESSO AOS INCENTIVOS: COMO INVESTIR

Qualquer investidor, independentemente de origem, nacionalidade ou setor de atividade, tem acesso aos benefícios e incentivos fiscais concedidos para os empreendimentos que venham a se instalar na área sob jurisdição da Zona Franca de Manaus.

Faz-se mister, no entanto, a elaboração e encaminhamento de projetos dentro das exigências contidas nos "Critérios e Procedimentos para a Apresentação, Exame e Aprovação de Projetos pela SUFRAMA", que são os seguintes:

1 — Da Apresentação

A apresentação de projetos será feita diretamente ao Superintendente da SUFRAMA, obedecendo aos seguintes quesitos:

1. requerimento solicitando a concessão dos incentivos fiscais previstos no Decreto-lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, Lei Estadual nº 567, de 7 de abril de 1967, e Decreto Municipal nº 25, de 17 de fevereiro de 1967;

2. cópia autêntica da escritura da propriedade, objeto do projeto;

3. cópia autêntica dos Estatutos ou Contrato Social e prova do respectivo registro, no órgão competente;

4. cópia autêntica (no caso de Sociedade Anônima) da Ata da Assembléia Geral que elegeu a atual Diretoria;

5. balanços e respectivas demonstrações da Conta de Lucros e Perdas, referentes aos 3 (três) últimos exercícios, no caso de firma já existente;

6. plantas de todas as obras de engenharia, com especificações e orçamentos detalhados, inclusive os relativos a obras preliminares (instalações de força, luz, etc.);

7. catálogos ou desenhos das máquinas e equipamentos a serem adquiridos, contendo dados e especificações técnicas dos fabricantes;

8. fluxograma demonstrativo do processo técnico de produção;

9. Lay-out, em planta baixa,

da indústria e localização das máquinas;

10. faturas pró-forma e listas de preços em que se especifiquem claramente as condições de aquisição de todos os equipamentos, aparelhos, veículos, etc., previstos no projeto;

11. demonstração do valor e especificações técnicas dos bens de capital pré-existent incorporados no projeto (apenas à contabilidade da empresa);

12. anexo, no caso de financiamento estrangeiro, contendo os dados especiais da operação de crédito, a saber: moeda em que será concedido o empréstimo; juros; prazos de carência e de amortização; tipo de garantia, etc.;

13. indicação do mercado previsto para os produtos a serem fabricados;

14. especificações das fontes de matérias-primas e demais suprimentos necessários às empresas;

15. perspectivas de rentabilidade e de liquidez;

16. os projetos que, além dos incentivos previstos no Decreto-lei nº 288/67, pretendam gozar dos incentivos previstos na Lei nº 5.174/66, deverão ser apresentados simultaneamente à SUFRAMA e SUDAM, tendo em vista que sua aprovação por um desses órgãos valerá como recomendação à aprovação pelo outro.

2 — Do Exame

O exame de projeto deverá ser procedido de acordo com os critérios seletivos abaixo discriminados, obedecendo à ordem de prioridades fixada pela sua enumeração, dentro do respectivo grupo.

I — Critérios Seletivos de Interesse Nacional

1. projetos que interessem à Segurança Nacional;

2. projetos que visem à competição no mercado externo e dos quais resulte a obtenção de divisas para o país;

3. projetos que visem competir no mercado interno e nos quais

haja participação do capital nacional;

4. projetos que venham recomendados pelos órgãos específicos da Administração Federal;

5. projetos que visem à transferência de bens de capital usados, de origem nacional ou estrangeira, sob forma de investimentos novos, obedecidas as normas disciplinares do Conselho de Política Aduaneira, quanto aos últimos.

II — Critérios Seletivos de Interesse Regional

1. projetos que visem ao desenvolvimento da infra-estrutura da economia amazônica;

2. projetos que visem à implantação de indústrias básicas e germinativas, que objetivem a produção de bens de capital, de bens duráveis de consumo e de implementos para atividades industriais, florestais, agrícolas, de pecuária e de pesca;

3. projetos que visem à implantação de empreendimento agrícola ou pecuário, ou ampliação de empreendimentos já existente, capaz de propiciar sensível aumento da respectiva produtividade;

4. projetos que visem à produção, transporte, guarda ou conservação de produtos alimentícios de 1ª necessidade, de oferta regional insatisfatória;

5. projetos que visem promover o aproveitamento da matéria-prima regional, em nível tecnológico atualizado;

6. projetos que visem a diversificação da produção para utilização em programas de colonização, recolonização ou reforma agrária, através da introdução de culturas de espécies vegetais, de interesse econômico para fins alimentares ou industriais, ou criação de espécies animais economicamente recomendáveis para a região;

7. projetos que visem à produção de bens considerados supérfluos ou não essenciais ao consumo ou à produção regional;

8. projetos que ensejam aumento do consumo de matérias-primas regionais ou consumo do exterior.

III — Critérios Seletivos de Interesse Local

1. projetos que visem a empreendimentos sem similar na área da Zona Franca de Manaus, ou à complementação, ampliação, reequipamento ou modernização de unidades existentes, que estejam em funcionamento normal há mais de três (3) anos, em casos especiais, em menor prazo;

2. projetos que promovam à absorção intensiva de mão-de-obra, assim considerados os que assegurem empregos permanentes diretos e apresentem alta participação efetiva de salários e encargos trabalhistas e sociais;

3. projetos que apresentem condições tecnológicas de utilização superiores aos padrões já adotados na área.

3 — Da Aprovação

1. o projeto somente será aprovado pela SUFRAMA, quando elaborado por pessoa ou sociedade juridicamente constituída com registro no CREP ou no CRE, conforme o caso, mencionada obrigatoriamente a região em que está filiada;

2. a aprovação do projeto far-se-á mediante parecer fundamentado da Assessoria de Coordenação e Planejamento da SUFRAMA, nos moldes do que estabelecem as letras d, e e f, do art. 49 do Decreto nº 61.244, de 28 de agosto de 1967;

3. não poderão ser objeto de exame os projetos elaborados com a participação, velada ou ostensiva, dos técnicos a serviço pertencentes aos Quadros da SUFRAMA;

4. os projetos cuja aprovação esteja condicionada à legislação específica, não serão considerados antes do pronunciamento do órgão competente;

5. a aprovação final do projeto fica na dependência do pronunciamento do Ministério da Fazenda, quanto aos aspectos fiscais inerentes ao regime de incentivos pretendidos, com observância do prazo estabelecido no parágrafo 1º

do art. 11, do referido Decreto nº 61.244/67.

4 — Disposições Gerais

1. a SUFRAMA, quando solicitada, prestará às pessoas interessadas informações relativas ao processamento da análise dos projetos submetidos à sua apreciação;

2. a SUFRAMA poderá, a qualquer momento, convocar os responsáveis pelos projetos em análises para prestarem esclarecimentos, podendo usar, para tal fim, correspondência registrada;

3. a SUFRAMA reserva-se o direito de controlar a execução dos projetos, para verificar sua adequação aos planos aprovados;

4. na fase de instalação, poderá o empresário apresentar à SUFRAMA projetos complementares, devidamente justificados, visando alteração ou aperfeiçoamento dos projetos regionais;

5. a SUFRAMA poderá, a juízo do Superintendente, ouvida a Assessoria de Coordenação e Planejamento, simplificar ou reduzir as exigências de "Apresentação", no caso de pequenas e médias empresas, cujas dimensões ou prazos de implantação não justifiquem a elaboração de projetos pormenorizados.

VANTAGENS DO INVESTIDOR

Por que Investir na Zona Franca?

As vantagens oferecidas pela ZFM compreendem incentivos fiscais na produção e comercialização de mercadorias estrangeiras, mercadorias nacionais, reexportação para outros pontos do território nacional e para o estrangeiro, e implantação de indústria nos limites da área.

Importação de mercadorias estrangeiras: isenção dos impostos de importação Sobre Produtos Industrializados:

- nas mercadorias destinadas a consumo interno;
- industrialização em qualquer grau;
- beneficiamento de mercadorias;
- agropecuária e pesca;
- instalação e operação de indús-

- trias e serviços;
- estocagem para reexportação.

Importação de mercadorias nacionais (remessa de mercadorias de origem nacional para ZFM): isenção do Imposto Sobre Produtos Industrializados e Sobre Circulação de Mercadorias (IPI e ICM).

Crédito do ICM, tanto para a importação de mercadorias estrangeiras, como importação de mercadorias nacionais.

Estas vantagens excluem mercadorias como: armas, munições, bebidas alcoólicas e automóveis de passageiros.

Reexportação para outros pontos do território nacional. Mercadorias Nacionais pagam ICM e IPI, não pagos quando da entrada na ZFM. Mercadorias Estrangeiras: pagam impostos de Importação, IPI e ICM.

Reexportação para o estrangeiro. Mercadorias Nacionais e Estrangeiras: isenção completa de impostos.

Incentivos à industrialização: mercadorias produzidas na ZFM:

- isenção do IPI, quando destinadas a consumo interno na ZFM ou comercialização em qualquer ponto do território nacional;
- caso contenham matérias-primas ou partes componentes importadas, ao serem exportadas para outros pontos do território nacional, pagarão Imposto de Importação relativo a essas partes.

Imposto de Renda:

- isenção de até 100% e adicionais nos lucros obtidos nos empreendimentos econômicos localizados na Zona Franca de Manaus e que se implantarem até o fim do exercício financeiro de 1981;
- dedução, por parte das pessoas jurídicas, registradas no país, de 50% e seus adicionais, para inversões em projetos agrícolas, pecuários, industriais, de agricultura e de serviços básicos.

Restituição do ICM, pelo prazo de 10 anos, às empresas que se instalarem no Estado do Amazonas com um capital mínimo de 2.000 (duas mil) vezes o salário-mínimo regional.

Nas exportações, para o exterior, de produtos industrializados, o Governo do Estado do Amazonas concede aos respectivos estabelecimentos fabricantes-exportadores, direito a crédito do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias.

Isenção do Imposto Sobre Serviços às empresas de qualquer natureza.

Financiamento para Investimentos, Pesquisas e Elaboração do Projeto Industrial.

Uma firma industrial poderá instalar-se na Zona Franca de Manaus, com as seguintes vantagens:

- elaborar seu projeto, com financiamento do FIDAM;
- aplicar capital proveniente da dedução do Imposto de Renda;
- gozar da isenção do Imposto de Renda até 100%;
- isenção do IPI nas mercadorias produzidas para consumo na ZFM ou para comercialização em qualquer ponto do território nacional;
- isenção de tributos na importação de máquinas e equipamentos;
- isenção do Imposto sobre Serviços;
- Crédito do ICM das importações feitas;
- restituição do ICM;
- facilidades para localização;
- crédito do ICM aos fabricante-exportadores.

Esclarecimentos numéricos:

As mercadorias produzidas na Zona Franca de Manaus, quando saírem para qualquer ponto do território nacional, pagam o Imposto de Importação sobre as matérias-primas ou partes componentes importadas, com direito a uma redução percentual do valor adicionado no processo de industrialização local, em relação ao custo total da mercadoria. Para calcular o Imposto de Importação e a Redução Percentual usam-se

as seguintes convenções e equação:

M = Valor da Matéria-prima Importada;

A = Valor Adicionado no Processo Industrial;

V = Custo Total;

a = Alíquota incidente sobre a Matéria-Prima (em %);

I = Imposto a pagar quando da saída do produto.

EQUAÇÃO

$$I = M \cdot a \left(1 - \frac{A}{V} \right)$$

EXEMPLO

Quanto pagará de Imposto de Importação um produto feito com NCr\$ 200,00 de Mercadoria Importada e NCr\$ 200,00 de Valor Adicionado no Processo Industrial?

$$\begin{aligned} M &= 200,00 \\ A &= 200,00 \\ M + A &= V = 400,00 \quad a = 40\% \end{aligned}$$

$$\begin{aligned} I &= 200 \times \frac{40}{100} \\ \left(1 - \frac{200}{400} \right) &= \text{NCr\$ } 40,00 \end{aligned}$$

O mesmo imposto, em outros pontos do território nacional, seria:

$$I = 200 \times \frac{40}{100} = \text{NCr\$ } 80,00$$

VIII — INDICADORES DA INFLUÊNCIA DA SUFRAMA, NO DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA DA AMAZÔNIA OCIDENTAL

1. Projetos Industriais Aprovados — V. Quadros I e II
2. Consumo de Energia Elétrica — V. Quadro III
3. Consumo de Combustíveis em Manaus

- V. Quadro IV
4. Receitas Fiscais: Federais — Estaduais — Municipais — V. Quadro V
5. Cheques Compensados — V. Quadro VI
6. Transporte Aéreo Movimento — V. Quadro VII
7. Importações: Nacionais e Estrangeiras — V. Quadro VIII
8. Exportações: Interior e Exterior — V. Quadro IX
9. Importação de Eletro-Domésticos. — V. Quadro X
10. Área Construída e Importação de Cimento — V. Quadro XI
11. Indústrias Existentes na Zona Franca de Manaus — Trabalho a ser apresentado pelo FIEAM na IIª RIDA
12. Carteiras Profissionais Expedidas — V. Quadro XII

PROJETOS ENTRADOS NA SUFRAMA
JAN/DEZ — 1968

QUADRO I

Nome da Empresa	Mão-de-Obra	Investimento NCr\$ 1.000,00			
		Recursos Próprios	Lei 5.174	Financiamento	Total
1. Cia. Siderúrgica do Amazonas — SIDERAMA	453	3.488	10.466	—	13.954
2. Cia. Fabril de Juta Parintins — FABRILJUTA	269	1.199	3.544	4.291	9.034
3. Papaguara S/A — Massas Alimentícias	121	97	—	227	324
4. Alcântara & Cia. Frigorífico — FRIMAZON ..	46	88	—	92	180
5. Beta — Indústria e Comércio de Jóias	81	645	—	—	645
6. Matadouro Frigorífico de Manaus — FRIGO-MASA	98	1.200	3.376	—	4.576
7. Cia de Eletricidade de Manaus — CEM	40	3.861	11.585	—	15.446
8. Le Toupet — Imp. de Perucas	42	250	—	—	250
9. Joiarte Ltda. — Indústria e Comércio	60	400	—	—	400
10. Estanave — Estaleiros da Amazônia Ltda. ..	220	665	450	2.839	3.954
11. SIM — Sociedade Industrial de Manaus	30	400	—	—	400
12. Indústrias Químicas do Amazonas	10	100	300	—	400
13. Trevezônia — Trêves da Amazônia S/A.	38	1.000	2.700	—	3.700
14. Cia. Amazonense de Cereais Armazens Gerais	92	2.674	4.000	1.500	8.174
15. Ind Amazonense de Lentes Oftálmicas S/A. — IALO	66	1.000	3.000	—	4.000
16. Comarsa Motores Diesel S/A — MODIESEL	21	500	1.000	—	1.500
17. Vicente Nogueira & Cia. Ltda.	54	278	—	438	716
18. Brinquedos Eletra Ltda.	322	350	—	550	900
19. J. A. Castro & Cia.	7	320	—	—	320
20. Indústria Amazonense de Ótica — IAOL	23	260	—	—	260
21. Despertex da Amazônia	45	120	—	—	120
22. Duque — Fábrica de Jóias Ltda.	70	275	—	—	275
23. Cia. de Petróleo da Amazônia — COPAM	250	29	444	9	482
24. Estaleiros da Amazônia Ltda. — ESTANAVE	218	3.148	—	—	3.148
TOTAL	2.656	21.267	40.865	9.946	73.158

PROJETOS ENTRADOS NA SUFRAMA
JAN/DEZ —1969

QUADRO II

Nome da Empresa	Mão-de-Obra	Investimentos NCr\$ 1.000,00			
		Recursos Próprios	Lei 5.174	Financiamento	Total
1. Equipesca da Amazônia — Equipamento de Pesca	57	517	1.551		2.068
2. Spuma — Indústria Química de Manaus ...	176	16.785	11.250	5.998	34.033
3. Companhia de Saponificação — Comasa ...	39	540	1.620		2.160
4. Cemefab de Manaus S/A.	56	394	788		1.182
5. Ava — Eletrônica Amazonense S/A.	365	1.250	3.750	3.762	8.762
6. Cia. Industrial de Madeiras	258	4.375	13.125		17.500
7. Cia. Industrial Amazonense	32	500	1.500		2.000
8. Tamoyo Aquametro	107	1.400	4.200		5.600
9. Agro-industrial São Roque	10	121		199	320
10. Indústria Amazonense Reunidas	376	10.700			10.700
11. Gomas do Amazonas	26	700			700
12. Sembra — Semi-condutores do Brasil	51	50		30	80
13. Amazonas Importadora e Exportadora — Amim	16	30			30
14. Indústria Pereira Lopes — Ibesa	673	4.986	22.683	2.575	30.244
15. Bernier & Cia. Ltda.	25	30			30
16. A National Ltda.	46	30			30
17. Pritefisa	66	2.000	3.000		5.000
18. Brasveglia	24	300			300
19. Semp — Rádio e Televisão	192	1.142	3.426	1.000	5.568
20. Yoo & Choo Ltda.	18	50			50
21. Beta — Ind. Comércio de Jóias	218	2.269	6.806		9.075
22. Madeiras Compensadas da Amazônia Agro-Industrial		8.834	13.809		22.643
23. Indamar S/A.	376	880			880
24. Raymond S/A. — Ind. de Roupas	206	800		287	800
25. Curtume Rio Negro Ltda.	99	368			655
26. Ind. Madeireira Antônio Braga	28	50	4.181	2.574	50
27. Agrimsa — Agro Industrial de Madeiras ...	147	5.771	918		12.526
28. Italux Ltda.	74	342			1.260
29. Fiação e Tecelagem de Juta — Fitejul	769	16.500			16.500
30. Ica — Cerâmica Construtora Alvorada	?	?	?	?	?
31. Ji San Kim	12	5			5
32. Amtex	34	250			250
33. Amazonas Telecontrôle, Telecomandos	82	400			400
34. Tucano Roupas	16	500	1.000	500	2.000
35. Tecnocério Ltda.	43	923			923
TOTAL	4.71	83.792	93.607	15.925	194.324

QUADRO III
CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA

Ano	Consumo Total em KWH	Aumento %
1967	62.487.310	—
1968	75.975.000	21
1969	94.806.035	24

3t. Mário Ypiranga Monteiro
Manaus Amazonas

QUADRO IV
CONSUMO DE COMBUSTÍVEIS EM MANAUS

Produto	Ano			Crescimento % 67/69
	1967	1968	1969	
Gasolina (lt)	31.624.897	37.642.062	41.195.130	30
Querosene (lt)	10.925.537	12.204.652	11.244.611	9,7
Fuel Oil (kg)	35.891.529	41.656.268	64.200.725	78
Diesel (lt)	30.826.008	35.423.136	46.822.584	51

Fonte: COPAM

Cálculos: SUFRAMA

QUADRO V
RECEITAS FISCAIS: FEDERAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS

Ano	R E C E I T A S		
	Federais	Estaduais	Municipais
1967	26.820.786,86	16.738.227,67	5.998.600,93
1968	33.089.296,28	33.524.025,33	14.244.100,00
1969	67.540.281,22	66.747.472,61	21.553.710,00
Aumento % 67/69	151	298	259

QUADRO VI
CHEQUES COMPENSADOS PELO BANCO DO BRASIL S. A.
Agência de Manaus

Especificações	A N O S		
	1967	1968	1969
Número de Cheques	249.700	426.742	534.595
Valor NCr\$ 1.000,00	672.323	1.143.755	1.607.057

Fonte: Banco do Brasil S. A.

QUADRO VII

TRANSPORTE AÉREO: MOVIMENTO DO AEROPORTO DE MANAUS

Ano	Carga Desembarcada (kg)	Passageiros Desembar- cados Quantidade
1967	1.778.483	53.552
1968	2.977.055	70.606
1969	2.221.133	62.329
Aumento % 67/69	24	16

Fonte: DAC

Obs.: A participação relativa na carga aérea é de 70% de origem nacional e 30% de origem estrangeira.

QUADRO VIII

IMPORTAÇÕES: NACIONAIS E ESTRANGEIRAS

Ano	Valor em NCr\$ 1.000,00			Participação Relativa %	
	Nacionais	Estrangeiras	Total	Nacionais	Estrangeiras
1967	60.565	23.258	83.823	72,3	27,7
1968	121.450	133.600	255.050	47,6	52,4
1969	207.680	111.207	318.887	65,1	34,9

Fonte: SUFRAMA

Obs.: 50% das importações nacionais originam-se do Estado de São Paulo.
20% das importações estrangeiras referem-se a petróleo e trigo.

QUADRO IX

EXPORTAÇÕES: INTERIOR E EXTERIOR

Ano	Valor em NCr\$ 1.000,00			Participação Relativa %	
	Exterior	Interior	Total	Exterior	Interior
1967	30.714	81.564	112.278	27,4	72,6
1968	47.747	78.152	125.899	38,0	62,0
1969	65.327	129.757	195.084	33,5	66,5

Fonte: Secretaria de Fazenda do Estado do Amazonas

Cálculos: SUFRAMA

QUADRO X**IMPORTAÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS**

Ano	Quantidade	Valor Comercial — CIF	
		NCr\$	US\$
1967	87.032	5.886.562,00	2.675.709,79
1968	428.320	23.381.619,00	6.104.861,35
1969	173.638	17.038.190,42	4.155.107,86

Obs.: O decréscimo verificado decorre da proibição de importação, já levantada para 1970.

QUADRO XI
ÁREA CONSTRUÍDA EM MANAUS

Ano	Área Construída em m2	Aumento %
1967	52.022	—
1968	108.096	107
1969	157.610	45

IMPORTAÇÃO DE CIMENTO

Discriminação	A N O S		
	1967	1968	1969
Sacos	218.000	1.233.600	872.800
Pêso (kg) ..	10.500.400	61.680.000	29.879.340

Fonte: SUFRAMA

QUADRO XII
CARTEIRAS PROFISSIONAIS EXPEDIDAS

Ano	Quantidade de Carteiras	Aumento % 1968/69
1968	15.638	—
1969	23.620	51
Total	39.258	—

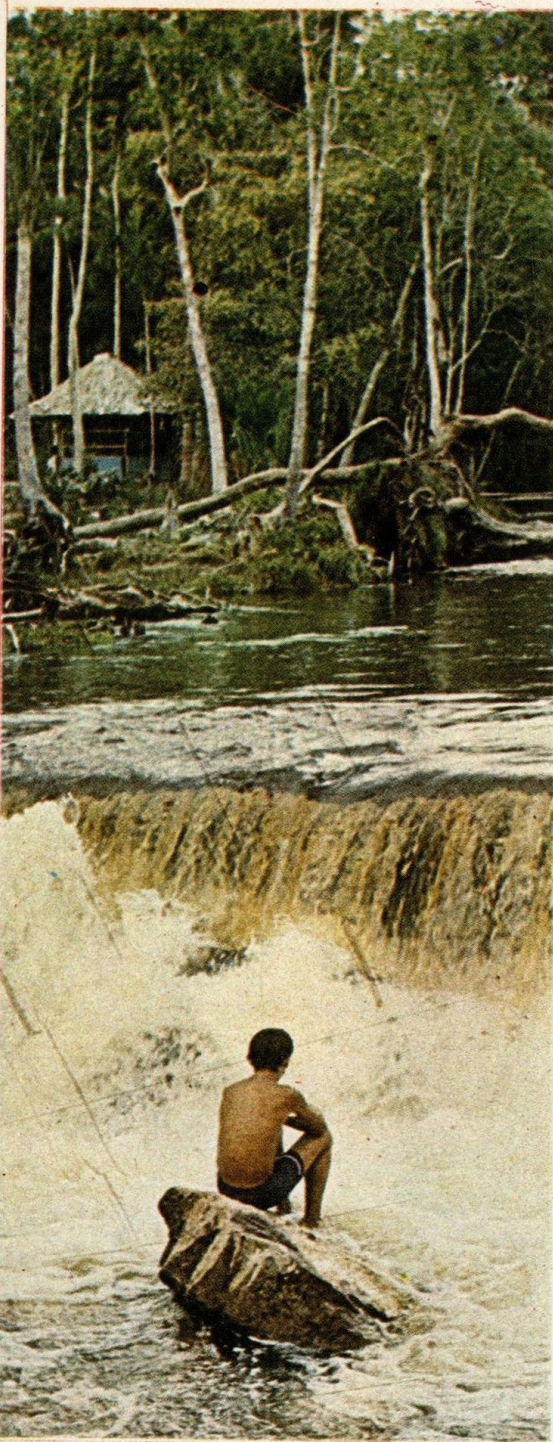
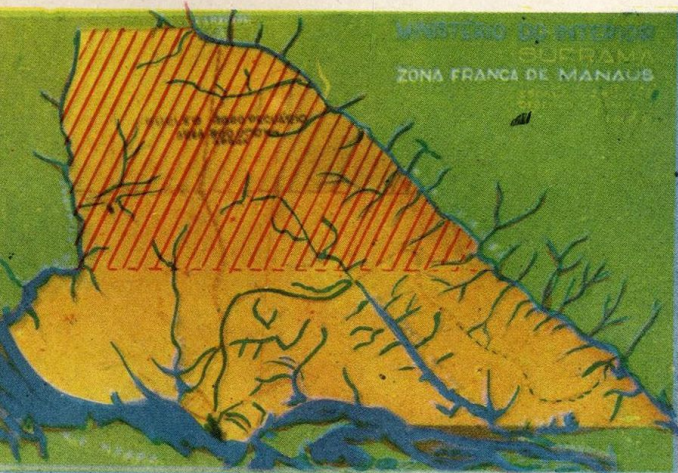
Fonte: Delegacia Regional do Ministério do Trabalho.



Pôrto Flutuante de Manaus



Área da Zona Franca de Manaus com
a Marcação da Área Destinada ao
Centro Agropecuário (Parte Norte da Área)

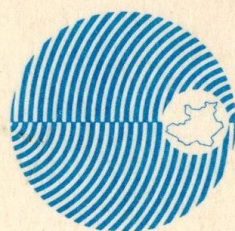


Cachoeira do Tarumã



Praça Antônio Bittencourt ou
Praça do Congresso e
Avenida Eduardo Ribeiro





SUFRAMA

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS



Comunicado

As imagens, textos e obras disponibilizadas pelo Centro de Documentação e Memória da Amazônia estão na maioria em domínio público ou possuem termo de cessão para publicação da versão digitais produzida pela Secretaria de Cultura.

Se porventura, você identificar alguma obra que não esteja de acordo com a Lei de Direitos Autorais (lei 9.610/98), entre em contato conosco para que possamos identificar e proceder com regularização.

O objetivo da Biblioteca da Amazônia na disponibilização das versões digitais é a preservação da memória e difusão da cultura do Amazonas e região norte do Brasil, sem prejudicar os direitos patrimoniais do autor, herdeiros ou quem possuir o direito de uso.

O uso destes documentos digitais, digitalizados ou nascidos digitais são apenas para fins pessoais (privado), sendo vetada a sua venda, edição ou cópia não autorizada.

Lembramos, que esses materiais podem ser encontrados nos acervos do Sistema de Bibliotecas Públicas da Secretaria de Cultura e Economia Criativa e seus parceiros.



**ACERVOS
DIGITAIS**

https://beacons.ai/cdmam_sec

FALE CONOSCO

(92) 3090-6804

cdmam@cultura.am.gov.br

acervodigitalsec@gmail.com



**CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E
MEMÓRIA DA AMAZÔNIA - CDMAM**

